



PORTUGAL DEMOCRATICO

REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — ANO V — N.º 54 — SÃO PAULO, NOVEMBRO DE 1961 — CAIXA POSTAL N.º 4.469



MANIFESTAÇÃO PACÍFICA, NÃO UMA ARRUAÇA — O angolano Paulo Matoso e a brasileira Dora Meari erguem a bandeira do MPLA, símbolo da Angola Revolucionária, enquanto seus companheiros, jovens universitários do Movimento Afro-Brasileiro Pró Libertação de Angola e elementos da Oposição portuguesa, se preparam para lançar volantes com os dizeres: "Abaixo o colonialismo", "Independência para Angola" e "Abaixo a Ditadura de Salazar".



MANIFESTAÇÃO PACÍFICA, DISSOLVIDA PELA VIOLENCIA — Desordeiros salazaristas tumultuam a manifestação. Enquanto uma funcionária do Consulado de Portugal (esq.) abre caminho entre os guardas-civis para participar da agressão, o nosso companheiro pintor Fernando Lemos (centro) acorre em defesa da universitária brasileira Virginia Maestrí que está sendo retirada, pela força, do recinto.

A oposição e a independência das colônias

Uma das constantes políticas do nosso jornal têm sido sempre a defesa intransigente do direito à autodeterminação e independência das colônias portuguesas, e a denúncia das violências e das arbitrariedades da política colonial do governo fascista de Salazar.

As colônias sempre representaram para o povo português um fator de atraso político, econômico e social. Isto, tanto mais quanto Portugal se comportou sempre, mercê das circunstâncias históricas em que se desenvolveu, como uma semi-colônia, metrópole de colônias. Essencialmente as colônias têm servido a uma classe todo-poderosa latifundiária e intermediária de capitais estrangeiros. Foram elas que possibilitaram a essa classe satisfazer os seus interesses, não através do desenvolvimento da metrópole, mas mais comodamente, pela exploração de uma mão de obra quase sempre escrava dos povos coloniais, e também de negócios fáceis com as suas riquezas naturais.

Hoje é a guerra de Angola que (números oficiais) em apenas oito meses já custou cerca de cem milhões de dólares ao povo português, com o sacrifício de muitas vidas, e o massacre de populações nativas. Esta evidência, mais uma vez, exige a solução pela autodeterminação e independência negociadas, solução que é a única capaz de libertar para sempre, e simultaneamente, os povos coloniais e o povo português.

Salazar, através de apelos demagógicos e falsamente patrióticos, pretendeu paralisar, dividindo-a, a oposição democrática portuguesa, procurando dessa forma manter-se no poder sem abrir mão de posições insustentáveis aos interesses nacionais. Foi portanto com a maior satisfação que verificamos ter o Comitê Eleitoral de Lisboa, sob a presidência do Prof. Azevedo Gomes, exigido do governo a adoção dos princípios da autodeterminação para as colônias portuguesas, e ao mesmo tempo, que nenhuma falsa solução militar tome o lugar da necessária solução política.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

No desespero da agonia

No desespero da agonia, Salazar lança uma campanha visando conquistar aquilo que ele, com a insensatez que é um dos estigmas dos ditadores, considera uma presa fácil: a opinião pública de um país irmão, o Brasil.

Em outubro os principais lances dessa campanha foram:

- Conferências de um padre, em Belo Horizonte, S. Paulo e Rio de Janeiro e outras cidades, fazendo a apologia do colonialismo e da guerra de Angola, para sensibilizar as grandes massas católicas do País.

- Excursão da "Seleção de Angola" de hóquei sobre patins, disputando jogos com diversos clubes e criando condições para propaganda demagógica nos meios esportivos.

Para este mês de novembro já está em preparo uma iniciativa mais atrevida:

- O festival "Portugal cantando, chora seus mortos em Angola", organizado pelo "Movimento dos Portugueses de S. Paulo" (com uma Comissão de Honra para a qual foram convidadas, com o objetivo de comprometê-las, altas individualidades do clero, da política, e da indústria do País) e sob o patrocínio da Cruz Vermelha Brasileira.

Esse festival destina-se a angariar fundos que serão entregues à Cruz Vermelha Portuguesa para a compra de medicamentos para as vítimas dos "terroristas" angolanos.

Mas Salazar não contou com a vigilância dos democratas, atentos a suas habilidades, como poderão ver na página seguinte.

Fascismo sôbre Patins

Do ponto de vista esportivo, a vinda ao Brasil sob o patrocínio da "Associação Portuguesa de Desportos" da chamada "Seleção de Angola" de hoquei sôbre patins, não tem grande importância nem despertou interesse maior. A prova é que, no Ginásio do Ibirapuera cuja lotação é de algumas dezenas de milhar de lugares não havia na noite da estréia dessa Seleção ainda mesmo que integrada por "campeões europeus e mundiais", conforme se lê nos prospectos de propaganda distribuídos pela entidade patrocinadora, senão cerca de duas mil pessoas, como a imprensa paulista noticiou, e as fotografias que hoje publicamos, confirmam.

Do ponto de vista político, porém, a situação é muito outra.

Prosseguindo na campanha de esclarecimento da opinião pública, sobre o verdadeiro caráter do regime fascista de Salazar e da guerra que vem fazendo em Angola para impôr a sua política colonialista a despeito dos protestos da opinião pública mundial e da condenação formal dessa mesma política, na ONU, um grupo de jovens universitários do MABLA (Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola) e membros da oposição portuguesa foram naquela noite lançar volantes onde se lia: "abaixo o colonialismo", "Independência para Angola", e a transcrição do comunicado que o MABLA havia distribuído à imprensa e publicado nos jornais da véspera, sobre o verdadeiro objetivo da vinda ao Brasil da chamada "Seleção de Angola".

Manifestação pacífica, dissolvida pela violência.

Nas arquibancadas, até então quase desertas, o grupo de manifestantes viu-se, minutos depois, rodeado de policiais e de elementos salazaristas. Açulados, a prudente distancia, por uma parlamentar, os "valentaços" aproveitaram-se da situação para agredir moças e rapazes quando, já nas mãos dos policiais eles eram retirados do recinto "com energia" como diz "O Estado de São Paulo", e encaminhados, sob prisão, para a sede do DOPS.

Manifestação pacífica, não uma arruaça.

E a prova de que assim era está no fato de que todos os elementos detidos, sem exceção, foram nessa mesma noite libertados pela autoridade policial, após a assinatura de um simples e rotineiro "registro de ocorrências", o que certamente não aconteceria se eles embora em legítima defesa, tivessem recorrido à violência para se defenderem das violências contra eles praticadas.

Registre-se, a propósito, a atitude do parlamentar Cid Franco, atitude à altura das melhores tradições da Assembléia Legislativa paulista, que já ali se encontrava aguardando a chegada daqueles cuja liberdade de expressão fora violentamente cerceada.

Registre-se, ainda, que nenhum dos agressores salazaristas foi detido, não obstante haverem, eles sim, procurado calar pela violência, que é o único recurso dos mentirosos a voz daqueles que dizem a verdade.

A lição que tiramos desses acontecimentos é esta: É preciso prosseguir sejam quais forem as provocações e partam elas de onde partirem, cada vez mais intransigentemente e sempre dentro daquela inabalável serenidade que é apatrimônio de quem defende uma causa justa (e da qual deram exemplo nessa noite os companheiros de Virgínia) na campanha para o desmascaramento do regime de Salazar, do qual o colonialismo é um dos aspectos.

Campanha que só terminará no dia em que, derrubada a ditadura fascista for restabelecida a Democracia em Portugal.

C.M.A.

Reação da opinião pública brasileira

Deputados, Jornalistas e Estudantes Denunciam a farsa

Dirigentes do Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola (MABLA) entregaram ontem nos Campos Eliseos um manifesto dirigido ao governador Carvalho Pinto, onde se solicita o cancelamento da permissão concedida aos jogadores de hoquei portugueses, da seleção de Angola, para jogarem no ginásio do Ibirapuera. Diz o memorial que a seleção não representa o povo daquela colônia portuguesa.

Diz o manifesto:

"Foi o Ginásio do Ibirapuera, na noite de terça-feira, palco de acontecimentos que vêm sendo largamente discutidos pela imprensa. A origem dos incidentes ali registrados é conhecida. Por iniciativa do Centro Português de Turismo — dirigido por um amigo íntimo do sr. Salazar — e da Associação Portuguesa de Desportos, apresentava-se nesta noite ao público de São Paulo um grupo de esportistas portugueses que se intitulava de "Seleção de Angola de Hoquei sobre Patins". Porque esses moços são neste momento instrumentos da intensa campanha de propaganda desencadeada entre nós pelo governo de Lisboa, destinada a dar ao mundo a impressão falsíssima de que o povo brasileiro apoia a política colonialista lusa, entendeu o Movimento Afro-Brasileiro Pró Libertação de Angola (MABLA) que era do seu dever denunciar à opinião pública os objetivos reais da vinda a São Paulo da pretensa seleção de Angola.

De acordo com elementos da oposição democrática portuguesa, decidiram os dirigentes estudantis do MABLA comparecer ao Ibirapuera para denunciar a farsa montada pelas autoridades salazaristas. O simples fato de a Associação Portuguesa de Desportos proceder neste momento a uma recolha de fundos a favor das vítimas do "terrorismo" em Angola, dá-nos a medida das intenções vincadamente políticas da iniciativa. Em última análise, sob a cobertura publicitária de uma excursão da "Seleção de Angola", a ditadura salazarista está recebendo no Brasil milhões de cruzeiros que servirão para a compra de armas, isto é, para derramar mais sangue em Angola.

A lamentável conduta adotada no Ginásio do Ibirapuera, tanto pelos elementos do DOPS como pelos da Guarda Civil, causou, como já é do conhecimento de v. exa., grande indignação popular. Tudo se passou como se as nossas autoridades estivessem também ao serviço da ditadura salazarista, tal o zelo por elas revelado nas agressões perpetradas contra os estudantes brasileiros e angolanos do MABLA e os emigrados políticos portugueses. Semelhante atitude, além de vergonhosa, é particularmente absurda, pois o governo da União assumiu no plano internacional uma firme posição anticolonialista.

Nestas condições, não sofrendo dúvidas a finalidade essencialmente política da excursão da "Seleção de Angola" e não desejando certamente o governo paulista colaborar de alguma maneira na manobra da ditadura portuguesa, os abaixo-assinados solicitam de v. exa. se digne providenciar no sentido de as instalações do Ginásio do Ibirapuera não serem novamente cedidas para espetáculos da embaixada esportiva que nos envia Salazar.

O respeito pela memória de 100.000 angolanos massacrados pelo Exército Colonial luso e o conhecimento que temos das convicções democráticas de v. exa. traz-nos a certeza de que o nosso pedido, que interpreta com exatidão os sentimentos humanitários da

Nação brasileira e o seu amor pela Liberdade, será atendido".

Subscrevem o memorial as seguintes pessoas:

Deputados — Israel Dias Novais, Jethero de Faria Cardoso, Magalhães Prado, Arruda Castanho, Onofre Gosten, Cid Franco e Luciano Lepera. Jornalistas e escritores — Claudio Abramo, Paulo Duarte, Cesar Lopes Costa, José Natal Sartoretto, Frederico Heller, Livio Xavier, Frederico Branco, Joaquim Douglas, Reinaldo Castro, Roberto Appy, Nilo Scalzo, Carlos Maria de Araujo, Rolmes Barbosa, Fulvio Abramo, Alberto Tamer, Sebastião Brochado, Miguel Urbano Rodrigues, Luis Maria Figueiredo, Roberto Botelho, Milton Oliveira, Luis Roberto Salinas, Brasilini Ferrari, Decio de Arruda Campos, Antonio Pimenta Neves, Carlos Alberto Azevedo, Luis Wejs, Sabato Magaldi, Paulo Antonio Silveira, Adolfo Regani, Mucio Borges Fonseca e Renno Dangela. Artistas teatrais — José Celso Martinez Correia, Flavio Rangel, Gianfrancesco Guarnieri, Maria Hilda Rodrigues Alves Garau e Daniel Garau. Estudantes — Branquinho Maracajá, Virginia Maestri, Antonio Penteado, Paulo Matoso Neto, José Manoel Gonçalves, Francisco Sousa Santos, Jacinto Fortunato, Silvio Band, Ezneider Pizzo e outros.

UM ESTRANHO FESTIVAL

"O Estado de S. Paulo" publicou, em sua edição de domingo, 29 de outubro, o seguinte editorial:

"Portugal, cantando, chora os seus mortos em Angola" é, segundo os próprios organizadores, o nome dado a um festival que se realizará brevemente no Ginásio do Ibirapuera "para atender às vítimas dos últimos acontecimentos naquela Província Ultramarina Portuguesa". A designação seria profundamente ridícula se não fosse antes do mais absurda. Os mortos foram sacrificados pelo Exército Português; as vítimas são as centenas de milhares de pessoas das famílias dos angolanos chacinados no norte de Angola e os 150.000 refugiados que segundo jornais tão insuspeitos como o "Observer" e o "Economist" fugiram para o vizinho Congo para escapar a idêntica sorte.

Na realidade não é nessa pobre gente que pensam os promotores do festival em questão. A sua compaixão vai toda para o lado português. Compaixão, assinale-se, que é de natureza essencialmente política. E, aliás, apenas por não desejarmos ver o nome do Brasil envolvido numa manobra de apoio à política colonialista do governo português que abordamos o assunto. O simples fato de estar prevista a vinda ao Brasil de um avião da Força Aérea Portuguesa para transportar para Lisboa os fundos recolhidos na festa, bem como os donativos da colônia lusa, é revelador das intenções publicitárias da iniciativa, para cuja realização foi escolhida precisamente a noite que precederá o dia da próxima farsa eleitoral montada em Portugal pelo sr. Salazar. Acresce que a imprensa portuguesa vem ultimamente acentuando na sua propaganda que, embora o governo do Brasil não acompanhe na ONU a política de Lisboa, a posição da Nação é inversa, havendo total identificação dos dois povos em torno do problema de Angola. Semelhante falsidade não mereceria sequer ser citada se a organização desse infelicíssimo festival no Ibirapuera, aliada a outras iniciativas recentes da propaganda salazarista, não nos fizessem neste momento correr um grave risco: o de sermos e com razão acusados pelas Repúblicas africanas de apoiar e, inclusive, financiar a política de Portugal em Angola. Não é apenas o fato de os fundos recolhidos no Brasil serem entregues à Cruz Vermelha Portuguesa — cujos presidentes pertencem geralmente ao Exército Português — que cria uma situação delicada. Não é só a vinda

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

extemporânea de um avião da Força Aérea Portuguesa — principal responsável pelas chacinas em massa com napalm ocorridas em Angola. É, sobretudo, a circunstância de os organizadores, sinuosamente e iludindo a boa-fé das nossas autoridades haverem conseguido incluir na Comissão de Honra do festival algumas das figuras mais ilustres do mundo oficial de São Paulo.

É por estarmos certos dos efeitos que o governo português tirará de uma festa que surge como corolário de uma campanha de propaganda que recebemos a repercussão extremamente negativa do acontecimento.

Quer-nos, aliás, parecer que ainda haveria uma maneira de se encontrar uma solução feliz. Como a utilização do Ginásio do Ibirapuera depende de autorização do governo estadual, este, em face das legítimas dúvidas levantadas quanto ao destino do produto da festa — a Cruz Vermelha Portuguesa não vai dar um tostão aos 150.000 refugiados que definham no Congo — exigiria dos organizadores que os donativos em questão fossem enviados à Cruz Vermelha Internacional, que procederá à sua distribuição. E seria, evidentemente, suprimida a inconcebível vinda do avião...

N. da R. — A hora de fecharmos esta edição, continuavam os protestos de individualidades brasileiras contra o já tritemente famoso "Portugal cantando, chora seus mortos em Angola".

Desses protestos daremos notícia no próximo número.

Um humorismo ao gosto de Salazar

Durante a "contra-ofensiva" dos valentaços salazaristas, que procuravam calar, a socos e pontapés, os jovens universitários brasileiros do M.A.B.L.A. e o grupo de opositoristas portugueses que, serenos e indiferentes às ameaças, denunciavam o "Fascismo sôbre Patins", houve um salazarista que ganhou os galões de "general da arruaça". Esse "herói" foi o Manuel Marques Martins, marido de uma funcionária do Consulado de Portugal e vendedor da "Securit", que no Ibirapuera foi um valente denunciante de seus compatriotas.

Não sabemos se é um "héroi" voluntário ou mercenário, esse cavalheiro que antigamente era chamado o "Manuel dos Frangos", quem sabe se numa alusão, discreta, a exercícios noturnos de paraquedismo, em galinheiros de fundo de quintal. Seja ele "Manuel dos Frangos" ou "Manuel das Penosas", a verdade é que estamos em presença de mais um "português de anedota" especialista, hoje, do chamado "dêdo duro".

PORTUGAL DEMOCRATICO

VELETES E JAMBETES



O gesto é tudo...

As revistas que trazem até nós, em reportagens a cores, os segredos da vida noturna carioca, vêm ultimamente mostrando, tanto quanto as teleobjetivas alcançam e a decência permite, as graças e seduções das senhoritas que nos espetáculos de bolso em clubes noturnos têm, na hierarquia, o nome de "Jambetes". Numa interpretação, quem sabe errônea, dessa classificação, nós presumimos que elas estão acima das coristas e abaixo das vedetas. E são jambetes porque esperneiam à francesa, atirando as pernas para todos os lados no desvario do can-can, do chacha-chá, do samba e da arcaica rumba.

Também na política colonialista portuguesa, introduziu o senhor Salazar, ao que parece, as "jambetes". E assim, enquanto na ONU o senhor Garin faz as vezes de vedeta, o Brasil tem a primazia de conhecer a mais estonteante "jambete", na pessoa do senhor Francisco Maria da Conceição Vieira Pires que, na noite de quarta-feira passada, na televisão, foi de gritos.

De origens obscuras, não sabemos bem se ele é de abaixo de Braga ou acima de Bragança, de Trás-os-Montes ou de Freixo de Espada à Cinta, o senhor Pires, trajando, à maneira dos estudantes de Coimbra, capa e batina (a capa fôra deixada nos bastidores, para que todos vissem que ele não vinha de "Lourdinha" a tiracolo), grossos óculos, língua afiada e dedos tão ágeis que fariam inveja a Marcel Marceau ou a um arrombador de cofres fortes dos bons tempos da gazua, o senhor Pires, como iam dizendo, anda correndo o Brasil inteiro — na véspera,

discursara em Belo Horizonte e no dia seguinte à sua vinda a São Paulo já estava no Rio de Janeiro — em defesa dos terroristas angolanos, "cuja carne e cujo sangue apalpara" e que, infelizes vítimas da "corja moscovita" que os embebedaram de vinho tinto, andaram degolando a golpes de facão os intemperatos defensores da Paz Salazarista em Angola. Visitara-os nos campos de concentração onde hoje se encontram, amarrados de pés e mãos, a salvo da vingança das populações, cujo sossego haviam perturbado. E fôra "comovido" o remorso desses pobres pretos, chorando no seu ombro lágrimas de arrependimento". Ao contrário dos ingleses e dos franceses que entregaram o governo de suas antigas colônias nas África aos indígenas para depois rirem à gargalhadá desses infelizes vendendo-os macaquear em trágica paródia, as sábias instituições da civilização europeia, Portugal não abandonará essa pobre gente. E, ademais, para que hospitais, bibliotecas, universidades, "que exigem, allás, séculos de preparação" se essa gente de Angola é tão feliz em estado de natureza, pulando de galho em galho, num jogo de esconde-esconde com macacos e outros bichos? Tem toda a razão, o senhor Pires, e assim é que é falar direito.

E, no mais, é como dizia esse mesmo cavalheiro, não fossem alguns luplões deste nosso Brasil lembrarem-se de tomar o primeiro avião para a rica terra angolana: "Eu não digo que todos os pretos sejam milionários". Ora, ora, senhor Pires...

CARLOS MARIA DE ARAUJO

SALAZAR ALIADO DOS E.U.A.

por MODERADOR

QUANTO VALE A CHACINA DE ANGOLA?

"Os portugueses acabam de massacrar vinte mil angolanos; Como podemos nós convencer o mundo de que estamos defendendo em Berlim a liberdade e o direito dos povos?" — lamentava-se há pouco um membro do governo da Grã-Bretanha ao jornalista Raul Johnson. E, ao mesmo, dizia um oficial do Estado-Maior americano, partidário do Presidente Kennedy: "Os portugueses têm-se portado como selvagens em Angola, e fazem-nos perder amigos no mundo inteiro. Mas, embora dispostos a votar contra Portugal na ONU, se o expulsamos da nossa Aliança, perdemos as bases logísticas e navais dos Açores e Portugal continental, e isto em vésperas do que pode vir a ser uma guerra convencional decisiva na Europa." (...) Excluído Portugal da Aliança, perdemos um trunfo sem o qual teremos de recorrer às armas atômicas táticas. (...) Que pesa um massacre em Angola, comparado

a um cataclismo nuclear?" (grifo nosso).

Estas confissões, embora reticentes, são típicas duma política que sobreleva a todas as boas intenções dos Ocidentais no tocante a Angola. A Grã-Bretanha, por fraqueza ante os Estados Unidos; estes, pelo temor de "sacrificar" um aliado, limitam-se a expressar, em brandos conselhos a Salazar, ou em frouxos discursos e votos platônicos na ONU, a sua simpatia pelos massacrados angolanos. Essencialmente — embora com repugnância, e apesar da opinião popular e duma boa parte da imprensa, sobretudo inglesa, hostil a Salazar — todas as lágrimas-de-crocodilo dos Ocidentais são mel pelos beijos do resto do mundo, e devem ser entendidas sob este prisma:

O foco da disputa Este-Oeste deslocou-se, pelo menos temporariamente, da África para Berlim, e as duas grandes potências atlânticas decidiram aguentar o regime fascista português, sacrificando angolanos e lusitanos aos "altos

fins" da sua política global e estratégica-maior.

Os fatos o mostram: Apesar do bálsamo das boas palavras, os angolanos continuam a ser chacinados por aviões, navios, armas e munições fornecidas a Salazar pelos ocidentais, à sombra da NATO. O Pentágono confirmou há pouco o "empréstimo" a Portugal de dois ou três contra-torpedeiros; e é em vão que o Sr. Gaitskell interpela o governo britânico a respeito de análogas concessões. Uma comissão de técnicos portugueses acaba de obter em Washington os créditos necessários à erecção da famigerada Ponte sobre o Tejo — verdadeiro crime contra o bom-senso e a economia da fome portuguesa — que será mais um monopólio ianque e, possivelmente, um elo estratégico da NATO, entre o Norte e o Sul de Portugal.

Mas recordemos um pouco.

UM "ANTI" CONCILITÓRIO

No seu discurso de 15 de Março passado, no Conselho de Segurança da ONU, o sr. Adlai Stevenson cortou-se em quatro para agradecer às nações afro-asiáticas, sem no entanto hostilizar Salazar, a quem, repetida e quase lacrimosamente, ofereceu todas as formas de cooperação das Nações Unidas, vale dizer dos E.U.A., para o fim de que o ditador, acatando as resoluções da ONU, realizasse em África as "reformas" tendentes, não à independência imediata (que o orador não reclamou nem prometeu), mas ao preparo lento e gradativo "step by step" da futura autonomia dos "territórios portugueses".

ma, aliás ociosa, levantou entre os adversários do Sr. Kennedy e da sua política "anti-colonialista", foi saudado por Walter Lippmann e outras sumidades como "viragem decisiva" na política norte-americana em relação à África e aos aliados da NATO. Mas seria ele, e o voto subsequente, uma real viragem? Teria ele sido contra o Portugal de Salazar, ou a favor dos angolanos? Não foi uma coisa nem outra.

O Sr. Stevenson ofereceu, com efeito, uma espécie de "Plano Marshall" de auxílio ao neo-colonialismo português; e o seu discurso foi a Mão Estendida ao ditador (embora camuflada na delgada luva do anti-colonialismo), para que ele accedesse a integrar-se no Club dos Gentlemen Ocidentais, e atenuasse a sua política ferina e comprometida dos Aliados: na realidade, para que estatusse em Angola e Moçambique o regime da Porta Aberta aos interesses expansionistas norte-americanos, ansiosos de alargar o seu campo de acção na África em tumulto, sobretudo agora que Cuba lhes fechou a torneira.

(Não se esqueça que os E.U.A. — para não falar dos seus imensos interesses no Katanga, na Libéria, etc. — são o maior cliente do café e do sical angolanos, como dos minérios estratégicos de Goa; controlam o negócio mundial dos diamantes, em que Angola está integrada, como dispõem desde 1914 de privilégios quanto à exploração dos petróleos de Angola, e mais recentemente de Moçambique também. E outras e maiores perspectivas se lhes estão abrindo).

Ora, a essa oferta amigável e conciliatória de Stevenson, como ripostou o ditador de Lisboa? — Ripostou acusando os E.U.A. de estarem "aliados" com os Soviéticos, manietados, ao "Imperialismo Comunista"! (Esta aliança da URSS e dos E.U.A., diga-se de raspão, já deu suas provas no Congo e em Cuba, e agora em Berlim). Recorrendo à chantagem, que tão bons frutos deu outrora a Hitler, e tem dado a Franco, Salazar desencadeou nas ruas e na imprensa uma virulenta campanha "anti-americana", com o duplo fim de confundir mais os aflitos portugueses, e de reforçar nos E.U.A. a nutrida falange de reacionários — a maioria dos Republicanos e alguns Democratas da direita — que lhe apoiam a política totalitária, "anti-comunista" e monopolística, em vista de reforçarem, eles, o seu próprio domínio sobre Portugal (e a Espanha), e de manterem a África "Portuguesa" disponível para as ambições expansionistas dos seus clientes.

Essa vaga de pré-fabricada hostilidade aos ianques (hoje fácil de suscitar em qualquer parte do mundo!) teve, como diremos, o propósito, também, de esconder ao Povo português a autêntica finalidade da nova política de Salazar: A DE APROXIMAÇÃO E MAIS INTIMA COLABORAÇÃO COM OS NORTE-AMERICANOS — co-

mo o prova agora a nomeação de Teotónio Pereira para a embaixada em Washington. (*)

UM JOGO DESMASCARADO

Quais foram, de fato, os resultados imediatos dessa dupla chantagem "anti-americana"?

Logo a 20 de Março, e em flagrante contraste com a sua campanha a mobilização de "massas", Salazar anunciava a intenção de decretar uma série de "reformas liberalizantes" para Angola e Moçambique, dando assim paradoxalmente todos os sinais de aceder (pelo menos em parte) ao convite e às súplicas do odiado Sr. Stevenson e do Presidente Kennedy!

O novo ministro do Ultramar, Adriano Moreira, cuja boa-fé, não discutimos, arvorava-se em paladino do descontraimento do regime colonial português, ao mesmo tempo que se desencadeava uma vaga de prisões de oposicionistas, e se continava ao general Deslandes, um "teso" da escola franquista, a missão de exterminar os rebeldes angolanos e de reduzir o norte de Angola a um deserto de cinzas.

Ora, se o ditador se opunha tão veementemente ao "conluio americano-soviético", como explicar a sua pressa e ansiedade em anunciar essas "reformas", depois reiteradas em Julho, embora condicionadas à total submissão ou aniquilamento dos rebeldes?

O seu jogo é claro e simples, e convinha, para o executar, trançar no xacres mais alguns democratas, para que ao ditador coubesse a inteira glória de "salvar" Angola para o Ocidente Cristão e a fraternidade Racial: a Nova Política de Salazar consiste na verdade em fechar as portas de Angola e Moçambique aos "ventos de mudança" que sobre elas sopra (mesmo sem o fôlego da Rússia), para as abrir, desta vez de par em par, às ambições e ao influxo dos capitais e da técnica ianque.

A Salazar e aos seus bonifrates, generais em pantiúas, e traficantes sem princípios nem escrúpulos, faltam a organização, o preparo, as técnicas e os capitais indispensáveis à exploração, "esclarecida" e em grande escala dos recursos naturais da África, a par da execução das reformas sociais capazes de atenuar as causas imediatas da rebelião dos nativos. E, dada a retração dos capitalistas ingleses, mais honestos ou mais prudentes, só lhes restava submeter-se e recorrer ao saco sem fundo da "generosidade desinteressada" do colosso ianque. E assim, aos olhos dos portugueses ingénios, Salazar passa por ter vergado os americanos às suas imposições, quando, na realidade, foi ele que se submeteu às deles!

A SOMBRA DO ANTI-AMERICANISMO, SALAZAR APRESTA-SE PARA HIPOTECAR ANGO-LA AOS NORTE-AMERICANOS, EM TROCA DA GARANTIA DA SUA PERPETUAÇÃO NO PODER, E DOS LUCROS ILICITOS DOS SEUS APANIGUADOS.

Esta é a verdadeira significação da Nova Política de Salazar, e do estreitamento de relações com os Estados Unidos. Com ela, Salazar procura, apenas, consolidar o papel de intermediário, de capataz das riquezas e do trabalho indígena, que (triste é dizê-lo) tem sido até hoje o de Portugal, ela próprio uma semi-colônia do capitalismo estrangeiro. O papão comunista serve-lhe à maravilha para intimidar a um tempo os cautos liberais dentro e fora de Portugal, e robustecer os reacionários da escola do Sr. Eisenhower, que ainda há meses dizia de Salazar: "Temos aqui um grande amigo!" — e os amigos, lá diz o povo, são para as ocasiões... (Nem é outra a linguagem melíflua dum Lord Home.)

Longe do que receiam ou fingem recear alguns "oposicionistas", o perigo da queda de Angola sob o domínio norte-americano não está na independência, mas, bem ao contrário, na continuidade da sua sujeição ao colonialismo medieval, pé-de-boi mas sanguinário da Ditadura portuguesa.

O que assombra é que haja em Portugal quem se deixe levar neste "vigário" e, em nome dum patriotismo inconscientemente imperialista, chegue a reclamar a união em volta de Salazar para defesa da "integridade territorial" da Nação portuguesa! Além de contribuir para afrouxar a iniciativa revolucionária do povo português, esta atitude é um obstáculo à autêntica Unidade: a da luta sem tréguas contra a ditadura fascista de Salazar.

Só a vontade insurreccional de lusitanos e coloniais, unidos em torno da Liberdade e da Democracia, seu património e tarefa comum, — a par da pressão das nações afro-asiáticas, dos neutralistas e do bloco socialista — poderá impedir a efetivação duma política lusoamericana que ameace retardar a emancipação total e concomitante de africanos e portugueses.

Londres, Setembro de 1961. Moderador

(*) O sr. Teotónio Pereira, porta-voz do fascismo extremo e da camarilha monopolista de Salazar, prometeu à sua chegada a Nova Iorque estreitar mais as "cordiais relações" que reinam entre Portugal e os Estados Unidos. Mas o Sr. Kennedy tardou mês e meio em recebê-lo e, ao aceitar-lhe as credenciais, segundo relata o oficioso "Diário da Manhã", de Lisboa, reiterou ao novo embaixador a sua esperança de que Portugal se submetta às resoluções da ONU e cumpra as promessas que fez, de liberalizar o regime dos territórios ultramarinos.

Sob mais de um aspecto, os E.U.A. estão assumindo, em relação a Portugal, a função que por tanto tempo coube à Grã-Bretanha: a de aliado e protetor que se faz pagar regularmente pelos seus serviços... Um caso paralelo: Quando D. João VI embarcou para o Brasil, esquivando-se às hostes de Junot, os ingleses forçaram-no a assinar, como prego da integridade da sua coroa, a proclamação de abertura dos portos do Brasil ao comércio mundial (inglês). Hoje, para salvar o barrete, o sr. Salazar vê-se obrigado a fazer aos americanos, quanto à África portuguesa, concessões não menos importantes.

ULTIMA HORA

Faleceu o escritor Camara Rey

LISBOA, 28 de outubro — Faleceu ontem à noite, na sua casa, no Estoril, o sr. Luís de Camara Rey, diretor da revista "Seara Nova", escritor, crítico musical e antigo professor.

No campo político, Camara Rey foi devotado doutrinador da ideia republicano-democrata. Neste período de propaganda eleitoral para deputados à Assembléa Nacional, o falecido tinha aceitado que seu nome figurasse na lista de candidatos pelo Circulo de Santarém.

Camara Rey, cujo falecimento colheu amigos e conhecidos de surpresa, embora estivesse ligeiramente enfermo há dias, contava 76 anos de idade.

N. da R. — O escritor Luís de Camara Rey colaborou nas principais revistas portuguesas do seu tempo, notadamente em "Águia" e "Seara Nova", tendo sido fundador e diretor desta última. Iniciou a sua carreira literária em 1902, com a publicação de "Auto das Ferias", devendo ainda referir-se, entre as suas obras principais, "Aspectos da literatura portuguesa", "Cartas de Portugal", "Contos de Março" e "Questões Morais e Sociais na Literatura". Organizou, com Lucia Miguel Pereira, o "In Memoriam", de Eça de Queiroz, editado na altura do centenário do nascimento do escritor português e no qual colaboraram destacados intelectuais lusitanos, brasileiros e de outros países.

Como orientador da "Seara Nova", corajosa revista que há mais de trinta anos vem resistindo às investidas ditatoriais, Luís de Camara Rey deixou ligado o seu nome à doutrinação política que alguns democratas, quantas vezes sob o risco de prisão, têm continuado em Portugal. Quer nas páginas da "Águia", quer nas da "Seara Nova" e em outras revistas culturais, Camara Rey foi companheiro dos maiores vultos contemporâneos de seu País, batalhando ao lado de Jaime Cortesão, Antonio Sergio e outras expressivas figuras da intelectualidade lusa.

Semana Continental da Solidariedade

EM SÃO PAULO

A sessão de encerramento da Semana Continental da Solidariedade ao Movimento Pela Anistia dos Presos e Exilados Políticos da Espanha e de Portugal, sessão realizada na noite de 23 de outubro no Palácio Mauá, sob a presidência do embaixador Alvaro Lins revestiu-se de um interesse extraordinário, em virtude de dois pronunciamentos que nela foram feitos: os discursos do engenheiro Tito de Moraes e o do dr. Adolfo Casais Monteiro. Para não mutilarmos esses dois documentos preferimos deixar para o próximo número o relato circunstanciado de outros atos públicos realizados tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil, e bem assim no Exterior.

Estas páginas dedicadas à Semana da Solidariedade substituem excepcionalmente, o nosso boletim mensal de divulgação dos trabalhos preparatórios da Conferência dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal (em organização) cuja realização está prevista para fins do ano em curso.

No passado dia 23 de outubro teve lugar, no Palácio Mauá, em São Paulo, a sessão de encerramento da Semana de Solidariedade aos Presos Políticos de Portugal e Espanha. Aberta a sessão pelo Dr. Murillo Mello que passou a presidência ao Emb. Alvaro Lins, foram convidados a participar da Mesa o Eng.º Tito de Moraes, o Prof. Casais Monteiro, o ator Sérgio Cardoso, a Dra. Dolores de Mello Vassão, o Deputado Santilli Sobrinho, o Capitão João Sarmento Pimentel, o jornalista Jos Vendrell, o Prof. Jorge de Sena, o Eng. Ricca Gonçalves e o sr. Santiago Nieto.

FALA TITO DE MORAIS

O eng. Tito de Moraes, falando em nome dos democratas portugueses, foi o primeiro orador da noite. Passamos a transcrever a íntegra do seu discurso:

Senhor Presidente, ilustre Embaixador Alvaro Lins,

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Foi indicado o meu nome para vir representar a Comunidade Portuguesa nesta Sessão de encerramento da Semana Continental da Solidariedade aos Presos Políticos de Espanha e Portugal.

A escolha deriva do fato de ser o português saído das prisões políticas do Salazarismo que mais recentemente chegou ao Brasil.

Contudo, uma consideração de ordem pessoal me fazia também desejar intervir nesta reunião, aproveitando o ensejo para me dirigir à opinião pública brasileira e através dela à opinião pública mundial.

Oxalá saiba imprimir às minhas palavras aquele calor de sinceridade que desejo e que permita fazer compreender aos que me escutam, a enorme tragédia que os portugueses vivem, que os portugueses sofrem há mais de 3 décadas!

Uma cortina de silêncio envolveu a minha Pátria desde então, e ao abrigo dela, tem sido possível até hoje anular todas as tentativas de emancipação do Povo Português, com o exercício das mais violentas represálias.

O mundo desconhecia e ainda desconhece a verdadeira face do fascismo português. Este aparece mascarado no exterior, através de uma hábil e dispendiosa propaganda, deformadora da verdade.

Romper com este silêncio, trazer ao mundo o conhecimento da verdadeira situação do Povo Português, tem sido para todos nós uma árdua tarefa.

A luta é desigual nos meios de que os dois campos dispõem, mas a razão tem tanta força que, apesar dos enormes obstáculos que encontramos e encontraremos no nosso caminho, acabaremos por vencer!

Tem sido uma luta de anos, uma luta tenaz, heroica, que o fascis-

mo transformou numa luta sangrenta e impiedosa, mas uma luta que só terminará quando, para todo o sempre, banirmos a ditadura da nossa terra.

Indiferente ao perigo, com coragem indomável, com uma fé sem limites, o Povo Português há mais de 35 anos reage, clama, luta por um direito bem simples, pela aspiração mínima de qualquer povo civilizado, o direito de intervir diretamente na vida da sua Terra, que é a vida dos seus filhos, que é a vida da sua Pátria.

Este direito humano, simples, primário, lhe tem sido sistematicamente recusado, amordaçando-o violentamente através do exercício autocrático da censura a todos os órgãos de informação, da perseguição policial, política e económica, do trabalho compelido sob as mais variadas formas, da paragem forçada do progresso económico e social, da criação do número mínimo de escolas para reservarem o ensino a uma camada infima da população, da falta de assistência médica e hospitalar, enfim, pela criação consciente das piores condições de vida. E isto para que aqueles problemas absorvam por completo as preocupações diárias de cada um de nós, impedindo-nos materialmente, fisicamente, de nos dedicarmos à vida política do nosso país.

E aqueles que, rompendo com as amarras que os tolhem, se lançam numa luta aberta para o derrubamento do fascismo, para a implantação de um regime democrático e progressivo na nossa terra, são lançados para as masmorras policiais, ali sofrem os maiores vexames físicos e morais, ali vivem anos e anos seguidos, ali morrem pelos seus patrióticos ideais.

A Pátria, eles os governantes, a querem transformar no monopólio de uma camarilha que tendo arrebatado o poder das mãos do povo, o reduz à mais vil das escravaturas, a ignorância e a miséria!

Para culminar a persistente ação de lesar os mais altos interesses da Nação Portuguesa, desencadeiam em Africa uma luta feroz, a que imprimem a característica horrenda de uma luta racial, para defesa dos interesses duma oligarquia decrépita mas insaciável de poder e de fortuna.

Era preciso mais sangue do generoso Povo Português, era preciso lançá-lo numa luta fratricida, para tentar salvar um dos mais fortes alicerces das instituições.

E quando um dia se levantou, uma ponta do véu que cobria a miséria da governação portuguesa, sobre a nossa Pátria, sobre nós todos, caiu — para maior desgraça nossa — o opróbrio da opinião pública mundial!

A nossa Pátria, Amigos, é hoje acusada dos crimes praticados por um governo usurpador!

Eu acuso o Governo Português de atentar contra os Direitos do Homem.

De atentar contra o prestígio de Portugal no estrangeiro.

De espalhar notícias falsas e tendenciosas dentro e fóra do país, atentatórias da dignidade da Pátria Portuguesa.

Se mais não fóra, como poderíamos nós patriotas portugueses, ficar indiferentes e calados perante tamanha catástrofe nacional?

Nós que lutamos por reintegrar Portugal no lugar que lhe pertence no conceito geral das Nações do Mundo, podemos calar-nos quando um Governo usurpador nos quer enterrar na sua agonia — na lama em que se afunda?

Não, não e não! O Governo Português não foi, nem é o Povo Português.

Desmascaremos implacavelmente as mistificações. Salvemos a nossa Pátria que um governo anti-nação está afundando no conceito internacional.

Unamo-nos em torno do único ideal que ainda hoje nos pode salvar, a Democracia Portuguesa.

Que nenhum português, digno deste nome, na sua terra ou no exílio, vivendo em Portugal ou em qualquer parte do mundo, deixe de contribuir para o desmascaramento da nefasta ação do governo que a todos nos oprime!

Unamo-nos nesta luta redentora, lavemos esta nodosa da nossa História.

A consideração de ordem pessoal que atrás refiro foi o desafio que há dias me foi lançado através de uma emissora de televisão desta cidade.

Ainda inexperiente dos costumes brasileiros, fui surpreendido ao assistir a uma pseudo-mesa-redonda sobre o problema de Angola, em que participava um padre português.

Acontece que venho de Angola, fui ali preso, maltratado, insultado, achincalhado, homenageado, cumprimentado, tratado com servilismo e expulso de uma terra a que eles chamam portuguesa.

Vivi ali cerca de 10 anos, conheci e sou amigo de brancos, pretos e mestiços, vivi os problemas angolanos, alguma coisa conheço daquela terra.

Pois bem, aquele português não ignorava certamente que eu o poderia ouvir mas, julgando-se talvez ainda em Portugal, onde, como sabem, é impossível qualquer género de contradição, atreve-se a vir — consciente ou inconscientemente — fazer as afirmações mais falsas e tendenciosas que imaginar se pode e que, se derivam de um desconhecimento dos fatos, nos levam a pensar que o interventor naquela mesa-redonda, não foi mais do que um passivo instrumento nas mãos da propaganda salazarista.

Não é este o momento oportuno para rebater o que ali foi dito mas eu não podia deixar de aproveitar esta ocasião, para lavar publicamente o meu mais veemente e indignado protesto contra tais declarações. Considero que um relato me foi lançado. Aceito-o, e o assunto será então discutido em outra ocasião.

Eu pasmei senhores, como pode haver um português, ainda por cima padre, que não contando com a cobertura duma censura providencial, tem a petulância de através de um desvirtuamento completo da verdade, vir apresentar ao mundo uma imagem tão falsa, da colonização fascista em Angola. E isto, sem uma simples referência sequer, já não digo aos milhares de

negros, brancos e mestiços presos ou mortos nesta tragédia angolana, mas ao menos, aos padres católicos que na sua própria carne têm sofrido a guerra que a todos nos foi imposta pela ditadura.

Ignorar que, o velho padre Manuel das Neves, de 70 anos, cônego da Sé de Luanda, meu companheiro de viagem sob prisão, se encontra nas masmorras da ditadura e não ter para ele uma palavra de conforto ou compreensão, não é espírito cristão, é má fé!

Aquele ato de propaganda foi mais um insulto que os nossos mortos e os nossos presos impõem seja repellido como deve.

É a mentira, a mentira permanente, persistentemente afirmada, no interior, no exterior, em toda a parte, a base de sustentação do regime português.

Aproveitando-se da incompreensão reinante no mundo procura o apóio dos governos ocidentais, alardeando um anti-comunismo tranquilizador dos espíritos mais timoratos. Faz-se acreditar como defensor — talvez o mais desinteressado — da chamada civilização ocidental e de quando em quando, subrepticamente, insinuando que uma mudança de governo em Portugal só poderia ser prejudicial aos interesses ocidentais.

Que os interesses nacionais, esses, lá está ele para os defender!

E as nações, talvez por um comodismo — que me atrevo a chamar culposo — fingem ignorar as verdadeiras características do regime português, apoiando um governo em vez de apoiarem um povo.

Votado como todos os democratas portugueses, a um ostracismo político integral, é-me difícil compreender semelhante atitude.

Pois não vale muito mais a amizade de um Povo do que a amizade de um governo que indubitavelmente o não representa?

Não sabe o Brasil quanto deve ao Povo Português?

Não sabe o Brasil quanto deve ao Povo Angolano?

Não sabe a França quanto deve aos democratas, ao Povo Espanhol?

Não sabe o mundo quanto deve aos Povos oprimidos do mundo?

Pois se os governos democráticos do Mundo ignoram estes deveres é preciso que os Povos — pois esses não esquecem — forcem os seus governos através dos seus órgãos representativos, a saldarem as dividas que contraíram para com o Povo Português e o Povo Espanhol.

Estamos aqui reunidos, numa manifestação de solidariedade, que alcançou âmbito internacional e que é a prova mais flagrante de que os Povos do Mundo estão compreendendo que têm o dever de se juntar aos povos oprimidos para os ajudar nas suas lutas de libertação.

Que os governos desses povos o compreendam também!

Lutamos hoje aqui para que seja decretada em Portugal e em Espanha uma ampla anistia para os presos políticos, que tire das cadeias os patriotas que as ditaduras de Franco e Salazar mantêm encarcerados, alguns há mais de 20 anos.

Não vimos pedir. Vimos exigir a sua libertação. A consciência mundial nos apóia, a opinião pública mundial está conosco. Os Povos do Mundo ajudam-nos sabendo que se ajudam a si próprios.

Acácio Gouveia, Mário Soares, Abranches Ferrão, Ramos da Costa, eu não esqueço que foram vocês que me arrancaram da cadeia de S. Paulo de Luanda.

Calazans Duarte, Julieta Gandra, Ferreira Neto, Aboim Inglês, Fernando Falcão, António Bengue, Gabriel Leitão, Ilídio Machado, Agostinho Neto, Orlando Ramos, Luís Portocarrero e dezenas e dezenas de outros, não vos esqueceremos. Havemos de mobilizar o Mundo, se for preciso, para vos libertar!

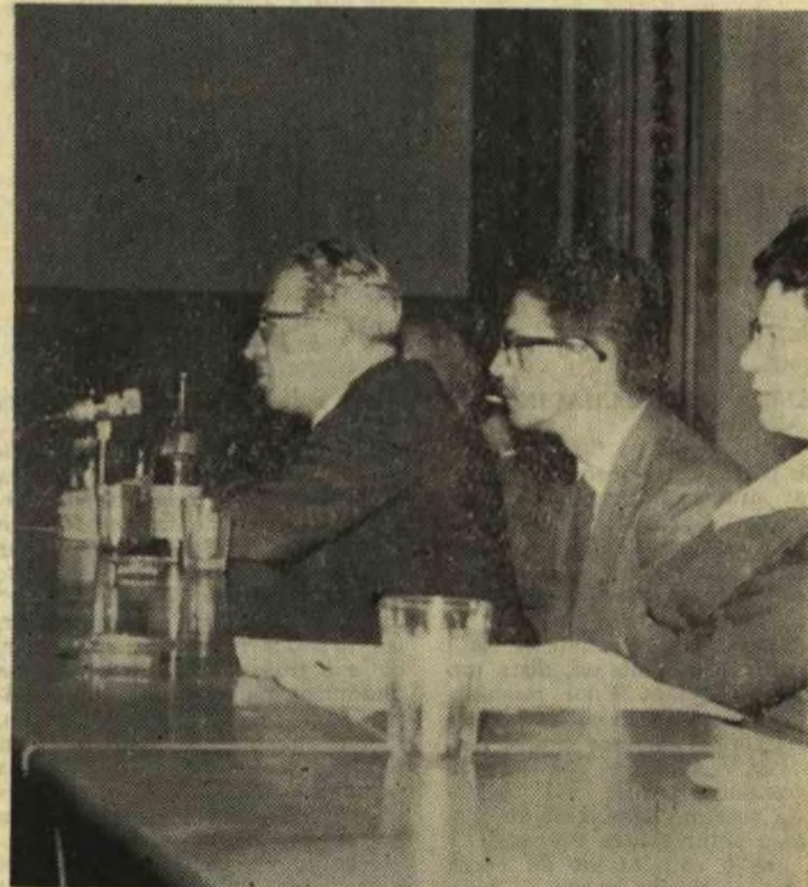
SERGIO CARDOSO DECLAMA

POEMAS PORTUGUESES

Em seguida, o ator Sérgio Cardoso disse alguns poemas de Fernando Pessoa, José Régio, Jorge de Sena, Alexandre O'Neill, António Ramos Rosa e Carlos Maria de Araújo, selecionados por Casais Monteiro dentro de um critério de evidenciar, através da poesia, o clima vivido por quatro gerações sob a ditadura salazarista.

A ANISTIA FRANQUISTA

Falou depois, em nome dos democratas espanhóis, o jornalista José Vendrell que minuciosamente demistificou a tão alardeada "anistia" concedida pelo governo franquista. Seguiu-se-lhe o Prof. Casais Monteiro.



O nosso companheiro de redação, dr. Adolfo Casais Monteiro, o ator Sérgio Cardoso, que foi muito aclamado ao terminar seu recital de poesias portuguesas, e a dra. Dolores Vassão, secretária-geral da Comissão do Movimento Pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal



Aspecto da mesa da presidência, na sessão de encerramento da Semana Continental da Solidariedade. Vêm-se da esquerda para a direita, o capitão João Sarmento Pimentel, presidente do Centro Republicano Português de S. Paulo, o dr. Murillo de Mello, o embaixador Alvaro Lins, discursando, e o eng. Tito de Moraes.

FALA CASAIS MONTEIRO

As mais belas páginas da luta pela liberdade não foram nunca escritas. São as páginas anónimas, com os nomes de Ninguém. O dia-a-dia da resistência de um povo inteiro, de um povo capaz de esperar na adversidade, capaz de vencer um presente cada vez mais insuportável — e que todavia suporta por essa força que vem do mais profundo da sua consciência, lhe faz cerrar os punhos, cerrar os dentes, para ouvir o insulto quotidiano na imprensa falsificada, e sofrer o insulto quotidiano da presença, como donos do Poder, dos mais mediocres representantes da mais mediocre quadrilha reacionária. Força para sofrer, cada dia da sua vida, os mil olhos e os mil ouvidos da polícia — e saber calar, quando é a hora de resistir em silêncio.

Cada um de nós poderia ir buscar ao fundo da memória lembranças sem fim de coisas que passaram, que jornal nenhum guardou, que não ficaram nas páginas de memórias de ninguém. Porque são coisas que nem se escrevem, são a poesia impalpável da experiência quotidiana do homem que vive sob um regime de terror, e já nem pestaneja perante o que, num regime de liberdade, nem sequer poderia conceber.

E é dessas pequenas coisas que se tece a própria vitalidade da luta contra a tirania; são elas, na sua insignificância, que forjam as grandes horas futuras — como já forjaram muitas grandes horas passadas — da luta a rosto descoberto, da luta armada ou desarmada em que se joga tudo. Para estas serem possíveis, duram anos de sofrimento e de coragem em silêncio, anos de saber esperar, que são o próprio sangue da liberdade futura. Os minutos anónimos e os heróis anónimos explicam o que os estrangeiros se vêem a mesma experiência muitas vezes não conseguem entender, quando lhes mostramos as fotografias das multidões que acorrem aos comícios da oposição — ou a esperar, somente para ver não a imagem da sua liberdade a conquistar, um candidato à Presidência. Coisas incompreensíveis para quem supõe que o silêncio significa passividade, e não aprende o sentido da resistência inabalável de dezenas de anos, e que é a maior raiva dos tiranos, sempre prontos a supor que "desta vez" fizeram do povo um rebanho de carneiros — e que a paz aparente significa complacência.

Não — não é apenas a luta das grandes horas que conta. Um povo não luta pela sua liberdade somente naquelas fases de vida intensa em que, pela ação, toma consciência de estar vivendo o verdadeiro combate contra a opressão. É no duro dia-a-dia da resistência que essas horas grandes amadurecem, é na vida inglória, na quotidiana força de subsistir sem traír que a liberdade amadurece. Liberdade que tem a sua mais sólida raiz em tudo isso que não terá lugar na história, porque não se pode escrever a história do silêncio, do anonimato, do "não" com que responde às insidias, à crueldade, às tentativas de corrupção, um povo in-

susceptível de ser vergado no mais íntimo da sua dignidade.

Em cada momento anónimo da resistência quotidiana o povo vive, de fato, a sua liberdade. A vitória dos tiranos seria o vazio da consciência de cada um. Para isso tende toda a sua propaganda. E a prova de que os tiranos se enganam está em que, com toda a sua poderosa máquina de amordaçamento, com o seu poder discricionário de fazer o que bem quiserem, tendo as costas guardadas por enxames de soldados e de polícias, os tiranos sentem uma ameaça pairar sobre eles, e acabam por dar espantosas provas da sua fraqueza — como ainda vimos há pouco, quando o homem ministro de Santa Comba não encontrou outra saída senão impedir o povo de eleger o Presidente da República — receando, sem dúvida, já não ter quem roubasse os votos ao futuro candidato da oposição!

No castelo da ignomínia, cujos portões erigidos de mentiras o defendem contra o silêncio acusador, a tirania tem medo do povo. Ela sabe que por trás do silêncio está a revolução em marcha. Era nesse silêncio, era nesse povo anónimo, era nos heróis quotidianos para sempre sem nome, que eu pensava, ao escrever em 1944 os versos do poema "Europa" com que vou terminar, em testemunho de respeito ao povo, do qual como escreveu o grande poeta chileno César Vallejo, "vem todos os actos e palavras geniais" (1):

Na erva solidão glacial da treva os que não morreram velam.

Em vagas sucessivas de descargas a morte ceifou os nossos irmãos. O medo ronda, o ódio espreita. Todos os homens estão sózinhos.

A madrugada ainda virá?

Vão caíndo um a um na luta sem trincheiras, e a noite, parece que não terá nunca madrugada, mas cada gota de sangue é agora semente de revolta, da revolta que varrerá da face da terra os sacerdotes sinistros do terror. A revolta a florir em esperança dos braços e das bocas que ficaram...

A tração ronda, a morte espreita,

Uma comoção de bandeiras ao vento... Clarins de aurora, ao longe...

Os que não morreram velam.

(1) — "Todo acto o voz genial viene del pueblo / y va hacia él..." — no livro que lhe inspirou a guerra civil espanhola: "España, aparta de mí este cáliz".

PALAVRAS DE ALVARO LINS

Finalizando, tomou a palavra o Emb. Alvaro Lins que historiou as circunstâncias da proibição e da posterior liberação da I Conferência Latino-Americana Pró-Anistia dos Presos Políticos de Portugal e Espanha, por parte do então governo brasileiro. Disse ainda o Emb. Alvaro Lins estar, desde o início, convicto da ineficiência prática da luta pela anistia dos presos políticos espanhóis e portugueses porque, implicando a anistia uma reintegração sem restrições dos anistiados na sociedade, não estavam as ditaduras fascistas, por sua própria natureza, capacitadas a outorgarem uma verdadeira anistia. "No entanto", concluiu o Emb. Alvaro Lins, "é um dever dos latino-americanos continuar essa luta, não para que se iludam quanto à sua eficiência prática, mas para que universalmente possam denunciar as arbitrariedades quotidianamente cometidas na Península Ibérica.

Protesto contra prisões arbitrárias

Foi enviado ao embaixador de Portugal o seguinte telegrama:

Senhor Embaixador de Portugal no Brasil
Excelência

A Comissão Coordenadora Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, entidade com personalidade jurídica que, no Brasil, dirige esta campanha de solidariedade e alto valor humanitário, para com os povos de Península Ibérica, vem perante V. Exa. como representante neste país do Governo de Lisboa, protestar contra a violação dos direitos humanos praticada pelo Governo Português nas pessoas dos Srs. Drs.:

Abranches Ferrão, Acácio de Gouveia, Adão de Silva, António Velloso Cunha, Arlindo Vicente, Azevedo Silva, Carlos Cal Brandão, Dias Amado, Eduardo de Figueiredo, Fernando Oneto, Homem de Figueiredo, João Araújo Correia, Manuel João da Palma Carlos, Mário Soares, Mário Cal Brandão, Olívio Franca, Piteira Santos, Ribeiro dos Santos, Ramos da Costa, Santos Silva, etc. destacadas personalidades da Oposição Democrática, Portuguesa que por usarem de um direito universalmente reconhecido subscreveram um "Programa de Democratização da República Portuguesa" ou por se constituírem em Comissões Cívicas correspondendo aos seus direitos de cidadania, — foram presas, pela Polícia Política (PIDE) conforme noticiaram largamente as Agências Internacionais de informação.

Ao lavar nosso protesto guianol o nobre dever de solidariedade para com os que são vítimas de injustas perseguições, sem pretendermos misturarmos na vida política interna da Nação Portuguesa.

A Comissão Coordenadora Pró-Anistia.

a) — Dra. Dolores de Mello e Vassão — Secretária Geral

Salazar paga a uma firma americana a sua propaganda

Salazar, que perdeu com António Ferro o grande artífice da sua fama internacional, e que tem sido infeliz com os seus secretários de propaganda, incluindo Dutras Farias e Barradas de Oliveiras (ANI, etc.) encontrou o órgão ideal da sua "glória" numa firma americana de publicidade. Parece anedota, mas não é. Farsa, certamente — embora uma farsa que sai muito cara aos cofres públicos.

Com efeito, saiba o leitor que até os discursos do famoso Garin (o dos marçianos) na ONU são agora escritos pelos "técnicos" dessa firma. SELVAGE & LEE, se chama. Ao menos assim não haverá o risco de o homem que defende a política de Salazar com os quatro pés no chão (ver a fotografia inserta no nosso número de Abril deste ano), tornar a defender a "democracia" (isto é, os fabricantes de armamentos) lembrando ao mundo o perigo de sermos atacados pelos marçianos. Não conseguimos, infelizmente, saber quanto a honrada firma cobra ao Tio-Tónio por cada inspirada oração do quadrúpede acima referido. Nem, por exemplo, quanto custou a entrevista "dada" pelo dito Tio (mas que não, diriam os nossos amigos espanhóis!) ao "New York Tribune" de 1.º de Outubro. Salazar tem sempre uns dolarzinhos disponíveis para estas coisas; é, aliás, uma grande ingratidão dos Estados Unidos, que podiam muito bem dar essa publicidade, "de quebra", como percentagem nos negócios de venda de armamentos, que vão de vento em popa. Leia-se, a propósito, neste número, o magistral artigo que nos mandam de Londres sobre as "pazes" feitas recentemente entre Salazar e o "democrático" governo estadunidense, sempre na vanguarda da luta pela liberdade dos seus negócios. Depois, os pobres senadores Humphreys não entendem como é que os povos que os EUA "auxíliam" não gostam deles...

O Brasil não apoiará Salazar

No dia 25 de setembro, declarou o ministro San Thiago Dantas:

O Brasil vai retificar fundamentalmente sua posição no caso de Angola, tão logo o problema seja suscitado na Assembléa Geral da ONU. Não temos interesse em assumir uma linha provocadora, que poderia contribuir para fortalecer o salazarismo, com a exacerbação do sentimento patriótico do povo português. Mas o Brasil, para ser coerente com sua política de defesa intransigente dos princípios de autodeterminação e do anticolonialismo, não pode aceitar a frágil posição portuguesa, apoiada apenas pela Inglaterra, na negativa em considerar Angola uma colônia, mas uma simples província. Com este subterfúgio, Portugal teima em não admitir que o problema angolês evolua para a libertação dessa sua colônia, mas uma simples província. ONU as informações que decorrem de compromissos assumidos perante os Estados do organismo.

Comemorações do 5 de outubro no Rio de Janeiro

No salão da Associação Brasileira de Radio, gentilmente cedida para esse ato, reuniram-se no Rio de Janeiro os democratas portugueses ali residentes, em cerimônia da máxima simplicidade, na qual dominou a nota de franca solidariedade entre homens de diversas gerações, sendo presidido pelo Dr. Carneiro Franco.

A significação do 5 de Outubro, e a urgência duma unificação das forças oposicionistas portuguesas no Brasil, assim como a necessidade de se por termo, a fim de tornar possível a unidade, a quaisquer tentativas divisionistas sob rotulos enganadores, foram os principais temas versados na reunião; falaram, além do Presidente da mesa, Dr. Carneiro Franco, os Srs. Camilo Cortesão, Ten. Oliveira Pio, Paulo de Castro, Adolfo Casais Monteiro e José Afonso de Miranda. Entre os numerosos democratas presentes contaram-se os Srs. Antonio Lafaiete Machado, Roberto das Neves, etc. Falou também o porf. Serafim Porto, que sempre tem dado o mais entusiástico apoio à causa oposicionista portuguesa. Expediram-se telegramas de saudação ao Com. Jaime de Moraes e ao Sr. Ricardo Seabra, que não puderam comparecer.



Leia e assinie este Boletim, porta-voz do "Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra".

O 51.º aniversario da Republica

Comemorações do «5 de Outubro»

O 51.º aniversário da República foi comemorado pelos democratas de São Paulo com um jantar de confraternização que reuniu mais de 300 pessoas.

Estiveram presentes todos os dirigentes anti-salazaristas locais que se encontravam nesta cidade e numerosas personalidades brasileiras, dentre as quais destacamos as seguintes: o vice-governador do Estado de São Paulo, gen. Porfírio da Paz; deputados Germinal Feijó (do Partido Socialista Brasileiro), António Mastrocola (da União Democrática Nacional), Miguel Jorge Nicolau (do Partido Trabalhista Brasileiro) e Murillo de Souza Reis; Jozimar Moreira, diretor do jornal "Ultima Hora"; Guy Arditi, diretor da France Press nesta cidade; Dr. Júlio Stamato, em representação da reitoria da Universidade de São Paulo; Renato Azevedo Santos, em representação do vice-prefeito da cidade; Drs. Arthur Saraiva Barbosa, Bixio Viccitti, Latino Escobar e Alfredo Dinis, representantes do Grande Oriente de S. Paulo; etc., etc. Presentes também o Dr. Souza Queiroz, em representação do ministro Paula Lima, e o senador venezuelano D. Luis Beltran Prieto Figueiroa.

Presidiu ao jantar o capitão João Sarmento Pimentel, como presidente do Centro Republicano Português.

Entre o expediente recebido, o qual foi lida pelo dr. Manuel Sertório, membro da comissão promotora, contavam-se as seguintes mensagens: telegramas do sr. Ricardo Seabra, do Rio de Janeiro, do Dr. José Morgado, do Recife e do Sr. José Sarmento nosso representante em Johannesburg; uma carta da esposa do prefeito de São Paulo, Dona Maria Prestes Maia, em que, com o seu fraterno abraço, se declarava solidária com a causa das nações negras de África na sua luta pela auto-determinação; uma carta do Dr. Alceu de Assis presidente do diretório regional do Partido Republicano, com os seus votos e os do partido à pátria portuguesa; um officio do presidente da Assembléa Legislativa do Estado, deputado Abreu Sodré, declarando-se identificado com "os ideais de liberdade, de justiça e de democracia que vivem nos corações lusitanos e que nada conseguirá amortecer ou anular"; do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, da Associação Paulista de Imprensa, da Tertúlia Académica de São Paulo, etc.

Em breves palavras, o comandante Sarmento Pimentel declarou estar convencido ser este o último 5 de Outubro que os democratas portugueses passariam no exílio e justificou a ausência do capitão Henrique Galvão e do gen. Humberto Delgado, antigo candidato à presidência da República, por ambos estarem ausentes do Brasil.

Como orador oficial da comissão, usou da palavra o nosso companheiro de redacção, dr. Jorge de Sena, que pronunciou o discurso cuja íntegra publicamos neste mesmo jornal.

O nosso companheiro de redacção, dr. Jorge de Sena, pronunciou o seguinte discurso:

Minhas Senhoras e meus Senhores!

É para mim grande honra e enorme responsabilidade ser chamado pela segunda vez a representar publicamente como orador, os portugueses democratas de São Paulo. A primeira vez foi no banquete de agradecimento e consagração a Álvaro Lins, pela sua acção enérgica e decisiva na presidência da I.ª Conferência Ibero-Americana para a Amnistia dos presos e exilados políticos de Portugal e da Espanha. E, agora, eis-me perante vós e convosco para comemorarmos 51 anos de República Portuguesa.

Na Verdade, não são esses 51 anos o que nós comemoramos, reunindo-nos com os nossos indefectíveis amigos brasileiros, em torno desta mesa. Não pode comemorar-se uma continuidade que não existe. E a República Portuguesa, proclamada gloriosamente em 1919, não tem efectivamente essa idade. O regime que há 35 anos impéra discriminariamente em Portugal, só nas suas horas mais calculistas (que são muitas) ou envergonhadas (que são raríssimas, se é que as teve alguma vez) se lembra de que é, nominalmente, e só nominalmente, uma República. De resto, se esse regime fosse mais republicano do que é, se ele fosse alguma coisa que com república se parecesse, nós nem poderíamos comemorar a República, sob pena de estarmos comemorando uma coisa que eles comemoravam também. E é preciso afirmar-se, antes de mais e sempre, que nada, nem sequer uma comemoração, podemos ter em comum com essa gente. E se eles fossem patriotas, que felizmente não são, nós não o poderíamos ser. Se eles fossem republicanos a nossa república não seria a deles. E, se alguma vez, eles fossem democratas, a nossa democracia necessariamente que seria outra. O amor da Pátria, da República e da Democracia é coisa que, sendo nós os opositoristas os guardiões dele, não pode partilhar-se com quem, nem reconhecido a quem fez da pátria um mendigo sem carácter e sem vergonha, da República um escravo sem dignidade e da Democracia um cadáver.

Mas nós também não comemoramos aqueles dezesseis anos da República que chegou a haver, tão difíceis, tão tempestuosos, e, sobretudo, tão inconscientes de que as revoluções não são apenas políticas. É óbvio que não podemos culpar os republicanos de 1910-926, pelo espírito insurreccional dos monárquicos de então, protegidos pelas potências estrangeiras contra aquela república que era um escândalo para a segurança dos tronos da Europa. É óbvio que não podemos culpar esses idealistas republicanos por uma guerra mundial, a de 1914-18, em que se viram obrigados a participar, para forçarem um reconhecimento de facto pelas grandes potências. É óbvio que não podemos culpá-los pela coligação de interesse económico e financeiro, que via, na estabilização da República, o estabelecimento de uma década, exigiria saber como a exploravam. De nada disto, esses republicanos que, mais tarde ou mais cedo, foram culpados, e antes, com a própria República, foram as vítimas. Mas aquela república retórica, liberal, democrática de fachada, dilacerada pelas ambições e acomodações políticas, em que houve heróis e homens dignos em muito pouco se distinguiu, a não ser num jacobinismo fácil, da Monarquia que ela depusera. Proclamaram um governo do povo e para o povo, e fizeram governos das camarilhas e para as camarilhas. E uma república que não fôr social, uma república que não fôr democrática, uma república que não fôr a expressão de um povo politizado, interveniente e activo, é uma república condenada a perecer, sumida nos bolsos sem fundo dos inimigos da democracia.

Por tudo isto, sejamos francos, nós não comemoramos a República de 1910-1926, porque não queremos que a nossa república acabe como ela. E não podemos contar os 35 anos seguintes, porque não queremos que a nossa república, sob a fachada de uma qualquer eleicoeirice pseudo-democrática, seja a continuação e a legalização daquele regime usurpador que em 35 anos não conseguiu legalizar-se, e que não há-de, com o beneplácito das nações hipócritas, legalizar-se à nossa custa.

Nós, hoje e aqui, minhas Senhoras e meus Senhores, comemoramos a república que desejamos e que sonhamos a república que há mais de meio século o povo português aguarda.

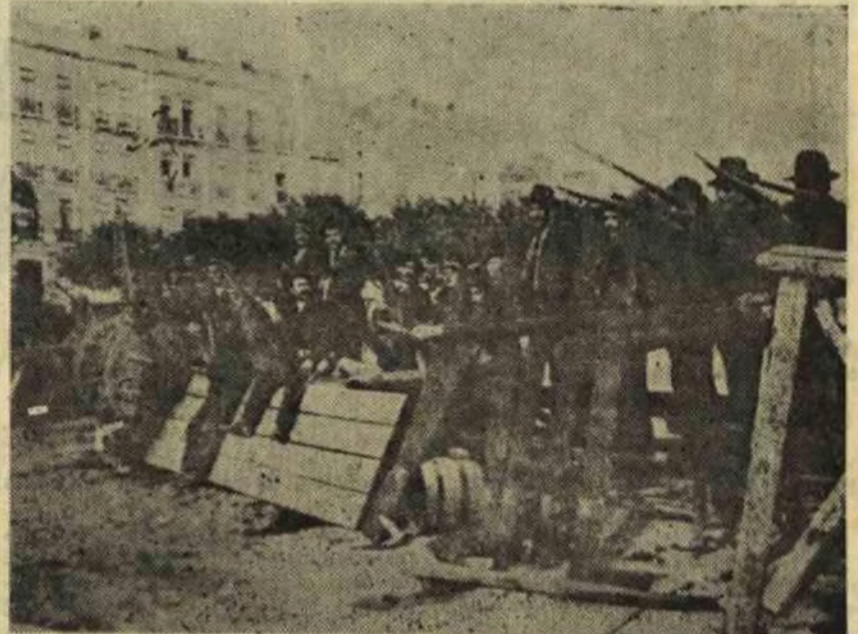
E pensando bem, esse povo nobre e explorado, esse povo que fez, antes dos outros povos da Europa, uma nação com ficção definida; que antes deles, fez, e vitoriosas, duas revoluções populares; que, antes deles, transformou a face geográfica e económica do mundo; que fundou este Brasil porteroso que é o único cadinho gigantesco em que os discriminações não existem — esse povo, pensando bem, foi sempre traído; sempre expoliado, sempre privado dos seus direitos, sempre iludido com uma grandeza histórica que, desde a Casa da Índia até à Companhia dos Diamantes de Aangola, foi sempre identificável com a grandeza plutocrática de meia dúzia de sujeitos.

Ao comemoramos mais de meio século de um sonho de República, não nos deixemos iludir, nem iludamos nós mesmos esse povo uma vez mais.

Nós não queremos apenas que, em Portugal, não haja mais política política, nem presos políticos, nem assassinados políticos, nem perseguidos políticos, nem censura. Nós não queremos apenas que haja liberdade de opinião e de reunião. Nós não queremos apenas ter o direito de eleger alguns deputados ou a maioria deles para o Parlamento. Nós não queremos apenas eleger um Presidente da República. Nós não queremos apenas que Salazar abandone o poder. Nós não queremos apenas que repareça uma democracia que nos console e nos dê importância. Nós queremos que Portugal renasça, nós queremos que o povo português desperte, nós queremos, acima de tudo, que seja destruído impiedosamente e implacavelmente quanto possa erguer-se entre o povo português e a sua total e soberana auto-determinação.

Não são os caudilhos quem nos salvará. Não serão as complacências, as combinações, as substituições. A democracia portuguesa dispensa bem a colaboração ou a tolerância de quem, durante décadas, pactuou em perseguição. E nenhuma revolução instaurará essa democracia, se não fôr uma revolução do povo português e para o povo português, pondo sob fiscalização dele todos os instrumentos do poder político do poder económico e do poder financeiro. De que nos servirá governar, se os interesses poderosos continuarem nas mesmas mãos que apoiaram e sustentaram Salazar? De que nos servirá proclamar uma democracia, se essa democracia apolar ou tolerar o colonialismo que é a principal fonte que alimenta esses interesses? Porque não se pode supor que se será livre em Portugal, à custa da liberdade dos outros. Isso é um luxo para grandes potências que, à custa de colónias, fizeram as suas democracias. Um país escravizado como Portugal foi de sempre a primeira das colónias do seu familiarismo seja o que for, temos de gerado Império. E, para descolocar-se por nos desconjolizarmos a nós mesmos.

Digamos alto e bom som, que não tememos o futuro. Que Portugal só se perderá para sempre, se não souber libertar-se de tudo o que o escravizou e sub-desenvolveu. Que, hoje, no mundo, os países não acabam com essa facilidade. Que os recursos portugueses, corajosamente aproveitados e planificados, com o apoio amigo das democracias regeneradas dos seus imperialismos, e deste Brasil magnífico e generoso, nos permitem ter confiança no que terá de vir, e virá. Não pactuemos nunca, não cedamos nunca, não abdicemos nunca. E isso que Portugal exige de nós. Quanto ao mais, um povo com oito séculos aguarda a sua liberdade e há décadas espera a sua República, é um povo que ninguém tem o direito de trair. E traição seria tornar a dar-lhe uma república tão inerte, tão impotente, e tão sonhadamente irrealista, como foi a de 1910. Ou uma república tão tacanha, tão autoritária, tão relesmente oportunista como esse simulacro



A REVOLUÇÃO DE 5 DE OUTUBRO DE 1910. As barricadas na Avenida da Liberdade, levantadas e defendidas pelo povo de Lisboa.

que há trinta e cinco anos governa Portugal.

Comemoremos honradamente o 5 de Outubro, com símbolo dessa república que desejamos. Unamo-nos lealmente para sem caudilhosismos nem aventureirismos de qualquer espécie, cujas ligações não conheçamos, lutarmos por essa República Democrática. Aos nossos irmãos portugueses dispersos pelo Brasil, ou prisioneiros em Portugal, digamos firmemente que esta República é a única que pode salvar a nossa Pátria. E, corajosamente, declaremos que, se em Portugal é possível lutar com o povo português, só fora de Portugal é possível impormo-nos às potências e falarmos com esse povo, despertá-lo para aquela consciência e aquela firmeza implacáveis, sem as quais não há, nem haverá, Democracia.

Viva a Democracia!
Viva a República!
Viva Portugal!

E gratamente, por serem possíveis estes vivas aqui. Viva o Brasil!

Falou, seguidamente, o sr. Luis Beltran Prieto, que nos trouxe o amplexo fraternal do povo de Venezuela.

O orador seguinte foi o eng.º Manuel Tito de Morais, chegado ao Brasil poucos dias antes, vindo da Europa, por onde passou depois de ter sofrido os horrores dos cárceres da PIDE em Luanda. Informou a assembléa dos esforços despendidos, quer em Portugal quer nos núcleos de emigração democrática europeus que visitara, no sentido de uma ampla unidade anti-salazarista e dos resultados, tão importantes, já conseguidos. Foram estas as suas palavras:

Sr. Presidente
Minhas Senhoras e meus Senhores

Porque acabo de chegar ao Brasil, não devia talvez ter aceitado a amável indicação do meu nome para falar nesta reunião, convite que muito me honra, mas que me coloca numa posição difícil não só pela circunstância a que me referi mas ainda por o vir fazer ao lado de tão ilustres individualidades.

A antepor-se ao que acabo de dizer há o fato de nesta reunião comemorarmos o 51.º aniversário da implantação da República em Portugal e eu ser filho de um dos revolucionários de 5 de Outubro, oficial superior da nossa Marinha de Guerra.

Mais não fosse, só este fato me obrigaria a estar presente e a in-

tervir diretamente nesta grande manifestação.

Contudo outro motivo ainda me decidiu a tomar a palavra.

Deixei Angola muito recentemente, passei por Portugal, pela França e pela Inglaterra antes de me acolher a este generoso Brasil, o que me permite vir dar-vos aqui, uma breve idéa, do ambiente político que encontrei nesses países.

Desculpem-me a pouca arte com que o farei.

Antes, porém, de entrar no assunto, dirijo-vos um pedido.

Queria com uma salva de palmas calorosa, saudar na pessoa dos ilustres brasileiros aqui presentes, o grande e generoso povo brasileiro que tão fraternalmente nos acolhe.

Ao sair de Portugal — há cerca de 10 anos — reinava ali, nas forças anti-salazaristas, um ambiente político de desunião, que muito prejudicava a nossa luta.

A atmosfera que encontrei ao regressar agora ao nosso país, era completamente diferente. Novamente a razão se tinha imposto, convencendo-nos de que todos juntos, mais fortes seremos na luta que travamos contra o Salazarismo.

Este era o atual ambiente político em Portugal, que se concretizava pela existencia de organismos da mais ampla unidade.

Em França e em Inglaterra, o ambiente era o mesmo, todos unidos lutamos pelo mesmo objetivo, pondo de lado o que nos possa dividir para só procurarmos o que nos possa unir.

E quero supor que aqui no Brasil, nada se oporá a que os democratas exilados, auxiliem com o mesmo espirito, todos unidos, todas as ações que se desencadeiem no sentido do derrubamento do Salazarismo, nosso inimigo comum.

Ao passar por França fui convidado para representar aqui o Comité de Defesa das Liberdades Democráticas, que em França reúne todas as forças anti-salazaristas que ali se encontram exiladas.

Em nome dos democratas residentes em França eu saúdo, nesta data em que festejamos o aniversário da gloriosa revolução popular de outubro, todos os democratas residentes no Brasil.

Duma missão especial fui encarregado.

De trazer aqui a sugestão aprovada com o voto unânime do Comité de França, de que o Prof. Rui Luís Gomes entregasse em mão, na Organização das Nações Unidas, um documento já assinado por centenas de democratas e que posso ler-vos:

Os signatários, na qualidade de portugueses livres que lhes advem de pertencem à emigração oposicionista ao governo fascista de Salazar, vêm declarar o seguinte sobre as colónias portuguesas e a 1.º — Reconhecem o direito de guerra que se processa em Angola:

1.º — Reconhecem o direito de todos os povos hoje submetidos à soberania portuguesa se auto-determinarem politicamente e assumirem, se assim desejarem, a independência, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem e com a resolução tomada pela Assembléa Geral das Nações Unidas em 14 de dezembro de 1960. O reconhecimento inequívoco deste direito pelo governo português, seja ele qual for, deve preceder quaisquer negociações para a sua efectivação, a qual não deverá depender de nenhuma condição que se considere não ocorrerem presentemente por parte daqueles povos.

2.º — Denunciam a guerra desencadeada em Angola pelo governo e pelo exército fascistas de Salazar como uma guerra tipicamente colonial, destinada a prolongar até onde for possível, naquele território como nas outras colónias portuguesas a prática de crimes de genocídio, a privação por parte dos negros de todos os direitos civis e políticos, o regime de trabalho compulsório e a discriminação racial.

3.º — Repudiam todas as responsabilidades referentes à política colonialista do governo de Salazar atribuídas ao povo português, pois este encontra-se impedido, tal como as populações das colónias, de exercer quaisquer direitos civis em virtude da repressão da polícia política (Pide), estando a opinião pública portuguesa mistificada pelas mentiras da propaganda oficial e pela acção da censura, que obstrói por completo o acesso às fontes de informação fidedignas.

O nosso ilustre presidente, Comandante Sarmiento Pimentel, encarregou-se de transmitir esta sugestão ao Professor Rui Gomes, que me consta já ter accedido ao pedido que lhe foi feito.

Isto leva-me a focar o problema colonial.

Os portugueses residentes em Angola ou ali nascidos, querem ali continuar a viver, mas não pela força das armas.

Querem ajudar a construir ali uma nova Patria, sem distinções étnicas de qualquer espécie.

Uma Patria livre e progressiva.

Esta é a opinião dos angolanos de origem metropolitana.

E há que dizer, bem alto, de forma bem clara, que o Governo de Salazar, se não pode confundir com o Povo Português que repudia a forma mais indigna do genocídio ali praticado, a guerra colonial desencadeada em Angola, terra onde passei os melhores 10 anos da minha vida e os piores 10 dias que ainda vivi.

E deixei-me dizer-lhes, que na opinião de muitos angolanos responsáveis, cabe ao Brasil um papel de grande importância na solução do problema de Angola.

Ele certamente o compreenderá. E para terminar saudemos daqui todos os que lutam, todos os que se encontram nas masmorras salazaristas e enviemos-lhes um grito de esperança na derrocada final do fascismo português.

Viva a Liberdade.
Viva a Republica.

Discursou depois o deputado António Mastrocola, que, fazendo uma completa profissão de fé democrática, declarou estar todo o povo brasileiro empenhado na luta pela re-democratização levada a efeito pelo povo português. Falando não só em nome do seu partido como em nome também da Comissão Coordenadora do Movimento pela Anistia dos presos e exilados políticos de Espanha e de Portugal, o deputado contou como, por duas vezes, estivera no aeroporto de Lisboa sem que a sua entrada no nos-

so país lhe tivesse sido permitida, dada a natureza e fins das suas projectadas visitas, em representação do Movimento sul-americano pela anistia.

Fez, seguidamente, uma exposição sobre o programa da Semana Continental da Solidariedade aos presos e exilados políticos ibéricos o sr. Lenine de Jesus Alexandre.

Em nome dos brasileiros filhos de portugueses, falou o sr. Milton Rodrigues, que nos protestou toda a solidariedade de um tão vasto sector da população brasileira.

Por fim, usou da palavra o sr. Manuel Carvalheiro, que, em nome do Partido Socialista Brasileiro, afirmou a sua esperança de que a vez seguinte em que falaria em público em prol da democracia portuguesa seria em comício ou solenidade já em Lisboa ou no Porto.

Encerrando a festa, o capitão Sarmiento Pimentel agradeceu a todos a sua comparença e também as palavras que haviam sido pro-



A REVOLUÇÃO DE 5 DE OUTUBRO DE 1910. Marinheiros e civis republicanos passando pela Praça de D. Pedro IV, a caminho da Rotunda, em Lisboa.

feridas pelos diversos oradores, tendo a assistência entoado em cântico o hino nacional.

Entretanto, haviam chegado à mesa uma moção e um texto, este a ser enviado por telegram a Almirante Tomaz, que, lidos pelo secretário, foram aprovados com grandes salvagens de palmas. Dada a grande importância política destes dois documentos, transcrevemo-los na íntegra a seguir.

MOÇÃO APRESENTADA NO JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO REPUBLICANA COMEMORATIVO DO 51.º ANIVERSÁRIO DA IMPLANTAÇÃO DA REPUBLICA

a) — Considerando que no 1.º domingo de Novembro próximo se realizarão "eleições" para deputados à chamada "Assembléa Nacional";

b) — considerando que todas as oportunidades de luta legal continuam sendo proveitosas para a Oposição, que nela aumentará e desenvolverá a sua unidade e poder à conduzir as massas populares à insurreição nacional.

Os democratas portugueses do Brasil, reunidos em São Paulo para comemorar o 51.º aniversário da implantação da República, resolvam:

1.º — Apoiar a decisão da Oposição portuguesa de lutar nas próximas eleições;

2.º — Concitar todos os portugueses do Brasil e dos diversos núcleos do exterior a apoiarem, por todos os meios, a luta de seus compatriotas em Portugal e a manterem-se unidos e vigilantes por forma a desmascaram a rápida e inequívocamente todas as fraudes e violências que Salazar e seus comparsas usarão contra a vontade da esmagadora maioria do Povo Português.

TELEGRAMA AMÉRICO TOMAZ PRESIDENCIA DA REPUBLICA LISBOA

Os signatários, em representação de centenas de democratas reunidos em São Paulo acto comemorativo República protestam enérgicamente contra prisões destacadas personalidades da Oposição, nomeadamente dos srs. Dr. Acácio de Gouveia, Dr. Mário Soares, Prof. Dias-Amado, Dr. Eduardo Figueiredo, Dr. Carlos e Mário Cal Brandão, Dr. Ramos da Costa, Dr. Adão e Silva, Dr. Santos Silva, Dr. Olivio França, Dr. João Araújo Correia, Dr. António Veloso Cunha, Dr. Ribeiro dos Santos, Dr. Arlindo Vidente, Dr. Piteira Santos, Dr. Abranches-Ferrão, Oneto, Dr. Manuel João Palma Carlos.

Reclamam libertação todos os presos e exilados políticos, garantias exigidas Oposição próximas eleições deputados e cessação guerra colonial de Angola, tornando V. Exa. responsável continuação no poder do homem que infelicit Portugal.

provocação deliberada ou da imcompreensão de ingenus, só poderia contribuir para o enfraquecimento das nossas forças.

O aparecimento, com o desgaste da ditadura, e como sinal da sua definitiva decomposição, de "traidores" do seu campo, que pela força das circunstâncias falam em "liberdade" e "democracia", embora revelando por mais esforços que fazem a sua mentalidade autoritarista, põe o problema da unidade em termos novos, pois que a oposição deve contar com essas forças; e deve, sobretudo, fazer todos os esforços para que esses elementos, que por um motivo ou outro se voltaram contra a ditadura, possam tornar-se leais companheiros no combate contra ela.

Nos últimos anos, a vinda para o Brasil do general Humberto Delgado e, posteriormente, a do capitão Henrique Galvão deram a esse problema particular acuidade, pois, com um e outro, surgiram organismos que, como não podia deixar de ser, se aglutinavam em torno de "chefes" e não de idéias, e nasciam viciados pela particular mentalidade de tais "chefes". Cumpria-nos, portanto, tentar eliminar arestas, cumpria-nos ser compreensivos — até onde fosse possível. Quem tenha acompanhado através de PORTUGAL DEMOCRÁTICO a luta pela unidade, que no nosso jornal — durante muito tempo, o único jornal português a ostentar com orgulho, em cada um dos seus números, a menção "o único que não é visado pela censura" — terá podido dar-se conta de que se fingiu ignorar aquilo que se pensou haveria de se desvanecer, por fim, pela simples força das circunstâncias. Preferimos "negociar" a atacar aqueles que, usando lemas divisionistas, seguiam um caminho errado.

Mas com a vinda para o Brasil do capitão Henrique Galvão tais esforços sofreram um rude golpe. Como a sua estada neste país coincidiu com a extensão da luta pela liberdade dos novos coloniais, e sobretudo com o "caso de Angola", o problema da auto-determinação não podia deixar de se tornar na pedra de toque da unidade. Nenhum verdadeiro democrata podia deixar de tomar posição em favor da auto-determinação; os subterfúgios eram doravante impossíveis — e, pela nossa parte, já não se tratava apenas de um problema interno (interno quanto à oposição portuguesa no Brasil) mas duma tomada de posição tanto do ponto de vista nacional como do internacional. A nossa própria luta estava vinculada à luta das populações escravizadas dos territórios sofisticadamente chamados "províncias ultramarinas". Ora, desde que chegou ao Brasil, e beneficiando-se da enorme publicidade que lhe deu a facanha do "Santa Maria", não cessou o cap. Galvão de, por TODOS os meios, tentar obter a liderança da oposição; a sua recente ruptura com o gen. Delgado não é acidental, mas o derradeiro ato duma luta na sombra, paralela à luta que, por outro lado, continuava contra as forças da unidade, não obstante estas terem procurado "recuperá-lo".

O cap. Galvão era, porém, irreversível. O próprio gen. Delgado, que também se deixara até certa altura iludir pelos SLOGANS marxistas (embora quando candidato à Presidência da República o tivesse sido de toda a oposição, sem distinções ideológicas e partidárias), se viu obrigado a dizer "não" quando, num esforço desesperado, o cap. Galvão se decidiu a jogar tudo numa cartada final, dada a 16 de Setembro, com a publicação duma "Carta" ao título que ostenta o nome de Presidente da República, em Portugal. Tal "carta" era expedida em nome duma suposta "Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados". Coisa curiosa: quando o seu ex-amigo gen. Delgado se declarou abertamente contrário a tal "Frente", e desmentiu que fosse um dos signatários da "Carta", não foi a "Frente" que veio a público retorquir, não foram os signatários do documento — foi apenas o cap. Galvão. Pela força das circunstâncias, a "Frente" desvanecia-se para se revelar aquilo que realmente era: simples instrumento do personalismo do "salvador" da pátria, do "chefe em potencial" em desfóro com outro "chefe" em potencial. Nenhuma assembléa se reunira para constituir a "Frente"; ela não representava, como seria necessário para o simples uso de

designação não ser abusivo (evitemos palavra mais dura) uma conjugação de tendências, ou de grupos, ou de forças: os seus signatários tinham-se limitado a sancionar a vontade dum "chefe". Pior do que isso: decerto para evitar que alguns dos signatários fossem alertados quanto ao erro que estavam cometendo, até à publicação do "documento" houve todo o cuidado em evitar que soubessem da sua existência QUASE TODAS as personalidades ou agrupamentos que, o cap. Galvão bem sabia, não seriam susceptíveis de se deixar iludir por uma expressão tão visivelmente de carácter divisionista como era essa carta. Era, sem ironia, uma "Carta" que o cap. Galvão outorgava aos seus súbditos... mas não era, sequer, uma Carta Constitucional.

Em momento nenhum seria tão necessário como agora que a Oposição Portuguesa pudesse constituir-se realmente, tanto no interior como no exterior, numa Frente. E por isso mesmo, claro está, os "chefes" em potencial queriam ter, como Salazar, a sua "União Nacional" como máscara. Todos os aspirantes a "chefes", todos os "Messias" e "salvadores da Pátria" fingem ter o povo inteiro atrás de si, para mais à vontade poderem exercer o poder pessoal. Realizar a unidade obriga a tomar compromissos que lhes limitariam os movimentos. Por outro lado, os termos em que o cap. Galvão define o seu "pensamento" dizem mais do que ele queria, pois se revelam curiosamente contraditórios, nos seus diversos parágrafos. Assim é que, uma das "exigências" que apresenta ao título-Presidente é a seguinte: "Garantias contra a possibilidade de o poder vir a cair, por qualquer forma, nos moldes totalitários de governo das direitas ou das esquerdas, e quanto à fixação de Portugal no grémio dos povos livres do Ocidente". Para quem sabe ler, isto significa: "garantias para que o poder passe, garantido pela ditadura, para as mãos do futuro ditador, cap. Galvão".

É certo que no documento também se "exige" que o Presidente promova um "plebiscito nacional" ou "eleições livres". Esqueceu-se o autor da carta que o plebiscito poderia entregar o poder às temidas forças que não manteriam Portugal no "grémio dos povos livres do Ocidente". Forças que poderiam, precisamente, querer Portugal fora da NATO, e liberto de compromissos graças aos quais Salazar está em condições de usar, para chacinhar as populações revoltadas de Angola, as armas que recebeu para defender os "povos livres". A linguagem do cap. Galvão não deixa dúvidas a ninguém, se é que alguém as tinha a respeito de quem já declarara que os negros só poderiam ter direito à independência depois de se provar que tinham alcançado a sua "maioridade política".

Não será preciso muito tempo para os ingénios que aceitaram pôr o seu nome em seguida ao do cap. Galvão possam verificar o erro em que incorreram, esquecendo a importância da unidade na luta contra a ditadura. Bastará que esperem até ao fim dos 30 dias de prazo que o autor da carta deu ao admirante Tomás para... lhe transmitir o poder.

Campanha de Fundos do PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Até 31 de outubro, registraram-se mais os seguintes donativos, para conseguirmos um Fundo de Manejo de TREZENTOS CONTOS para o nosso jornal:

	Cr\$
Transporte do n.º anterior	106.900,00
Prof. António Aniceto Monteiro	3.146,00
Manuel Rodrigues da Silva	1.000,00
Republicano de Leça do Balio	1.000,00
César Telles	1.000,00
Manuel Luís Fernandes	5.000,00
Avelino Alves Ferreira	500,00
Carlos Maria de Araujo	4.638,80
A transportar	123.184,80

Os inimigos da Unidade Desmascaram-se

Adolfo Casais Monteiro

Talvez um dia alguém se disponha a contar, em pormenor, a luta incansável para ser preservada a unidade de acção na luta contra a ditadura, que os democratas portugueses do Brasil têm sido obrigados a manter contra os sucessivos assaltos do divisionismo. Não é segredo para ninguém que tais assaltos partem unicamente dos grupos ou dos indivíduos que, em vez de se dedicarem de alma e coração à luta para derrubar o salazarismo, só estão dispostos a empreendê-la em função da sua própria vitória, isto é, dos seus interesses; são os opositoristas do "mas", das restrições mentais, da suspeita, sempre com uma das mãos escondida atrás das costas, jamais com as duas estendidas para todos os companheiros de luta. Punhamos os pontos nos li: são os caçadores de feiticeiras, são os herdeiros do tristemente famoso McCarthy, que vêem "comunistas" por toda a parte.

Ora acontece que isto de ver "comunistas" por toda a parte é a melhor maneira de servir a permanência da ditadura em Portugal; Salazar nada pode desejar tanto como a divisão dos opositoristas. E portanto, uma tarefa essencial da oposição tem que ser para eliminar, no seu próprio campo, tudo o que, quer resulte de

Aos leitores

Fiel ao espírito de unidade que, há cinco anos, isto é, desde que surgiu, nunca deixou de orientar, PORTUGAL DEMOCRÁTICO não pode senão condenar quaisquer entidades que, adotando designações suscetíveis de induzir em erro, pregam na realidade a divisão, ao mesmo tempo que se dão como instrumentos de unificação. Referimo-nos, concretamente, a uma "Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados" que teve como primeira manifestação um "ultimatum" à ditadura, no qual já é visível o espírito divisionista, confirmado por um "Manifesto", ambos publicados no "Estado de S. Paulo", respectivamente em 16 de Setembro e 5 de Outubro. Não seria necessária, no segundo (o primeiro saiu anónimo) a assinatura do cap. Henrique Galvão para se reconhecer nos dois documentos as características bem conhecidas das suas "idéias" políticas. Na luta contra a ditadura, tem surgido, como não podia deixar de ser, manifestações de personalismo que vem a constituir forçosamente fator de confusão e divisionismo. Perante elas, PORTUGAL DEMOCRÁTICO só pode ser acusado de uma coisa: de excessiva complacência, achando inútil atacá-las, e melhor serviço à nossa causa deixar tais tendências seguir a sua evolução inevitável, quer para o isolamento, quer para a compreensão de que só a supressão do personalismo pode levar à vitória.

Procedendo assim, sabe PORTUGAL DEMOCRÁTICO que tem interpretado o pensamento da oposição interna e externa no que ela tem de melhor — e que tem consigo a maioria do povo português, desinteressado de "chefes", e consciente de que a vitória final será dele, e não de uma facção que queira garantir o poder para si própria. Não podíamos reclamar eleições livres e apoiar, ao mesmo tempo, os que começam (como é o caso da citada "Frente") por impor exclusões que não se referem sequer a um partido, mas às "esquerdas" em geral. Substituir uma ditadura das direitas por outra ditadura das direitas não é, sem dúvida, objetivo da luta do povo português contra Salazar. O assunto nem mereceria discussão se não estivesse evidente, na constituição de tal "Frente" o propósito, nem sequer bem disfarçado, de fazer dela um instrumento do cap. Henrique Galvão; e a ausência dos nomes que garantiriam a unidade da suporta "Frente", é suficiente para o demonstrar.

A oposição não pode aprovar fanfarronadas ridículas como o citado "ultimatum" ao alm. Tomás; não está interessada em aventuras; e, para prosseguir na luta contra a ditadura, PORTUGAL DEMOCRÁTICO, tendo plena consciência de ter sido e de continuar sendo o fiel intérprete da UNIDADE DE TODOS OS OPOSICIONISTAS, sente-se obrigado, no caso presente, a verberar severamente as manifestações da dita "Frente" como serviço prestado à ditadura, e opostas aos mais elementares princípios da luta pela liberdade do nosso povo.

O CONSELHO DE REDAÇÃO



Fundação Abel Salazar

Já se encontram à venda, na nossa redação, algumas das obras de Abel Salazar, cujo produto se destina a manter a Fundação que leva seu nome.

— Album "8 Reproduções" de trabalhos de Abel Salazar (25x34 cm) com o estudo de Diogo Macedo Edição corrente	1.200,00
— Edição numerada e assinada por Diogo de Macedo	
— Cada estampa avulso (Auto retrato; Camilo; Eça; Junqueiro; Maximiano Lemos; Mark Athias; Duarte Leite; Einstein)	250,00
— Coleção de 6 postais a cores reproduzindo trabalhos de Abel Salazar	220,00
— Cada postal (Efeito do Interior; O Chale Branco; Pochade; Depois do trabalho; Mercado; Casa do Artista)	50,00
— Carteira com 6 fotografias de Abel Salazar	1.100,00
— Cada fotografia avulso (18x23 cm) Retrato; Investigador Científico; Pintor; Escultor; Martelador de cobses; O Professor retirando os seus livros da Faculdade de Medicina do Porto	120,00
— Medalha Prof. Doutor Abel Salazar em cobre	600,00
— "O Vale de Penacova de Eugénio Moreira" pequeno estudo de Abel Salazar	60,00
— "Na Abertura da Exposição Póstuma de Abel Salazar" palestra de Júlio Pomar	50,00
— "A personalidade Artística de Abel Salazar" palestra de Adriano Gusmão	80,00

Uma triste Mistificação

O cap. Henrique Galvão não está em Portugal. A sua presença é, pelo contrário, noticiada em Casablanca e, no fim de outubro, em Estocolmo. Todavia, já no dia 3 de Outubro lá devia estar, (em Portugal, entenda-se), segundo o "sensacional furo" publicado em letras garrafais, a toda a largura da primeira página, dum tal Armino Blanco, reporter da "Última Hora". Segundo o mesmo jornal, o "anúncio oficial" da chegada deveria ser feito pelo cap. Sarmento Pimentel, no banquete comemorativo de 5 de Outubro.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO lamenta que o nome do capitão Sarmento Pimentel tenha sido envolvido nesta mistificação, que durou vários dias, naquele órgão do qual esperávamos, de acordo com as suas tradições, uma atitude menos leviana em relação a coisas sérias. Porque esta farsa — seja quem for o seu responsável — compromete a dignidade da oposição, e em primeiro lugar os oposicionistas portugueses residentes no Brasil. É uma farsa que prejudica a luta contra a ditadura, e que só pode dar razão... aos comendadores.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO lamenta que UH não tenha procurado verificar a autenticidade da notícia, antes de divulgá-la com tamanho estrondo.

Afinal, só a polícia de Salar podia ser beneficiada com aquela mistificação, e é triste que, a pretexto de combater a ditadura, se esteja a fornecer-lhe armas, de graça. Salazar não podia desejar melhor pretexto para proibir, como fez, as habituais manifestações do 5 de Outubro.



O que custa a guerra colonial

Pelas declarações insuspeitas de Adriano Moreira (Ministro do Ultramar) feitas em Lourenço Marques no dia 12 de Outubro, o governo de Salazar gastou, com a mobilização de tropas e material, dois bilhões e quinhentos milhões de escudos (vinte e cinco bilhões de cruzelros ao câmbio atual) nos primeiros 8 meses da guerra de opressão colonialista, em Angola.

Esta fantástica Inversão teria chegado para construir apartamentos luxuosos para os 80.000 habitantes do "Bairro da Lata", amontoado de miseráveis casebres, feitos de latas velhas, restos de madeira apodrecida e pedaços de papelão apanhados nos depósitos de lixo da cidade de Lisboa. Esse "bairro" na Serra de Monsanto está a pequena distância da suntuosa autoestrada Lisboa-Estoril, centro de turismo, com seus balneários e "dancings" de alto luxo, e salões de jogo de roleta, bacará e, ainda, as maquininhas a que os brasileiros chamam de "papa-niqueis". Certamente o Sr. Moreira nunca pensou em semelhante possibilidade, pois encerrando suas declarações, limitou-se a pedir novos e maiores esforços para enfrentar os gastos na "guerra santa" do ditador de Santa Comba.

ULTIMA HORA

«Unidade Democrática Portuguesa»

A hora de fecharmos este número, é com a maior satisfação que somos os primeiros a poder anunciar a constituição de um organismo destinado a integrar todos os oposicionistas do Brasil numa eficaz luta contra o fascismo português. O importante documento que a seguir se transcreve está sendo enviado, para coleta de assinaturas a todos os núcleos dispersos no território brasileiro. Trata-se dum a ampla e firme declaração de princípios que congregará, sem discriminações, todos os anti-fascistas portugueses, correspondendo àquela realidade unitária que os agentes de Salazar mais se esforçam por destruir.

DECLARAÇÃO

Os signatários, Oposicionistas Portugueses, por concordarem com a organização no Brasil de um Movimento de UNIDADE DEMOCRÁTICA PORTUGUESA, declaram publicamente o seguinte:

1.0) Que serão as ações unitárias de todas as forças políticas que poderão levar à vitória a luta que o Povo Português trava pela Democracia.

2.0) Que a direção da luta das forças democráticas portuguesas, reside em Portugal, onde também se encontra o principal campo de ação da luta contra a ditadura fascista de Salazar.

3.0) Que a atividade dos oposicionistas no exterior, se funda na importância e na necessidade de desmascarar internacionalmente a ditadura e de coordenar o apoio político e financeiro para as lutas internas.

4.0) Que é seu objetivo ajudar a reforçar e a alargar a unidade de todos os anti-salazaristas, tanto em Portugal como no estrangeiro, sem discriminações políticas e partidárias de qualquer espécie, verberando formal e publicamente quaisquer ações de caráter discriminatório e divisionista.

5.0) Que reconhecem o direito à auto-determinação e independência dos Povos Coloniais e em consequência apoiam sem restrições e inequivocamente a luta dos Povos das Colônias Portuguesas pela sua libertação, considerando a mesma um forte aliado da luta do Povo Português contra a ditadura fascista de Salazar.

São Paulo (Brasil), 22 de outubro de 1961.

Seguem as assinaturas, pela ordem:

Adolfo Casais Monteiro
Augusto Aragão
Jorge de Sena
Carlos Cruz
Ricea Gonçalves
João Manuel Tito de Morais
Fernando Lemos
João Sarmento Pimentel
Joaquim Duarte Baptista
Francisco Sarmento Pimentel
Manuel Alfredo Tito de Morais



Tudo se vende
através dos
CLASSIFICADOS de
O ESTADO DE S. PAULO

Endereços de Assinantes

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Rua Conselheiro Furtado, 191
São Paulo, Brasil

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Serriório, Paulo de Castro, Vítor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura.

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO — SUCURSAL: — Av Rio Branco, 185 — Gr. 509 — Edif. Marquês de Herval — Telefone: 22.9224 — ROMAX IMP. EXP. LTDA.

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu, 832 — Fortaleza — Ceará

ESTADO DO RIO — Manuel da Costa (Maneca) — Rua da Varzea, 195 — C. P. 114 — Caxias

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

PORTO ALEGRE: Fernando Teodoro de Almeida Soares — Edif. Chaves, 12.º, s/1201 — Caixa Postal 2.559 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts — Paris, 6.me.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Joaquim dos Santos — Calle de Los Llanos, 1790 — DOCK SUR — Avellaneda — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

UNIÃO SUL-AFRICANA:

J. Sarmento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Número avulso: Cr\$ 10,00
Assinatura anual: Cr\$ 300,00
Assinatura especial: Cr\$ 500,00
Ass. p/ o Exterior: U.S. 5,00

Ano V - Nº 54 - Novembro de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo consequente de sua exclusiva responsabilidade.